Savezne Republike Jugoslavije, n.ºs 70/01, 68/02) da República da Sérvia, o qual estabelece que a detenção será obrigatória quando houver forte suspeita de que a pessoa em causa cometeu uma infracção punível com pena de prisão de 40 anos.

O artigo 13.º só é aplicável às vias de recurso judiciais perante o Tribunal da Sérvia e Montenegro quando este Tribunal iniciar a sua actividade nos termos dos artigos 46.º a 50.º da Carta Constitucional da União de Estado da Sérvia e Montenegro (Sluzbeni list Srbije i Crne Gore, n.º 1/03).

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Lei n.º 65/78, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 236, de 13 de Outubro de 1978, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 9 de Novembro de 1978, conforme o Aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 1, de 2 de Janeiro de 1979.

A retirada de reservas produziu efeitos para a Sérvia e Montenegro em 3 de Março de 2004.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Fevereiro de 2007. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Helena Alexandra Furtado de Paiva*.

Aviso n.º 42/2007

Por ordem superior se torna público ter a República da Eslováquia formulado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 24 de Março de 2005, uma declaração ao Acordo Relativo à Supressão de Vistos para Refugiados, concluído em Estrasburgo, em 20 de Abril de 1959:

«In accordance with article 2 of the Agreement, Slovakia declares that the territory of the Slovak Republic is integral and indivisible, defined by State borders with neighbouring States according to the international treaties concluded by the Slovak Republic or by international treaties by which the Slovak Republic is bound.»

Tradução

Em conformidade com o artigo 2.º do Acordo, a Eslováquia declara que o território da República da Eslováquia é uno e indivisível, delimitado por fronteiras com países vizinhos em conformidade com os tratados internacionais celebrados pela República da Eslováquia ou com os tratados internacionais que vinculam a República da Eslováquia.

Portugal é Parte deste Acordo, aprovado, para ratificação, pelo Decreto n.º 75/81, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 136, de 16 de Junho de 1981, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 12 de Outubro de 1981, conforme o aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 259, de 10 de Novembro de 1981.

A declaração produziu efeitos para a República da Eslováquia em 29 de Março de 2005.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Fevereiro de 2007. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Helena Alexandra Furtado de Paiva*.

Aviso n.º 43/2007

Por ordem superior se torna público ter a Confederação Helvética depositado, junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 17 de Fevereiro de 2005, o seu instrumento de ratificação à Carta Europeia da Autonomia Local, aberta à assinatura em Estrasburgo em 15 de Outubro de 1985, tendo formulado as seguintes declarações:

«In accordance with article 12, paragraph 2, of the Charter, Switzerland declares that it undertakes to consider itself bound by the following paragraphs:

Article 2;
Article 3, paragraphs 1 and 2;
Article 4, paragraphs 1, 2, 3, 5 and 6;
Article 5;
Article 6, paragraph 1;
Article 7, paragraphs 1 and 3;
Article 8, paragraphs 1 and 3;
Article 9, paragraphs 1, 2, 3, 4, 6 and 8;
Article 10, paragraphs 1, 2 and 3;
Article 11.

Persuant to its article 13, the Charter shall apply in Switzerland to the political communes. ('Einwohnergemeinde'/'comuni politici').»

Tradução das declarações

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 12.º da Carta, a Suíça declara que se considera vinculada pelas seguintes disposições:

Artigo 2.º;
N.ºs 1 e 2 do artigo 3.º;
N.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 4.º;
N.º 1 do artigo 6.º;
N.ºs 1 e 3 do artigo 7.º;
N.ºs 1 e 3 do artigo 8.º;
N.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 8 do artigo 9.º;
N.ºs 1, 2 e 3 do artigo 10.º;
Artigo 11.º

Em conformidade com o seu artigo 13.º, a Carta será aplicável na Suíça às comunas políticas («Einwohnergemeinde»/'comuni politici').»

Portugal é Parte desta Carta, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 245, de 23 de Outubro de 1990, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 58/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 245, de 23 de Outubro de 1990, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 8 de Dezembro de 1990, conforme o Aviso n.º 13/91, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 27, de 1 de Fevereiro de 1991.

A Carta entrou em vigor para a Confederação Helvética em 1 de Junho de 2005.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Fevereiro de 2007. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Helena Alexandra Furtado de Paiva*.